No. 41757

Brazil
and
Cameroon

Protocol of Intent between the Government of the Federative Republic of Brazil and the Government of the Republic of Cameroon on technical cooperation in the field of public health. Yaounde, 11 April 2005

Entry into force: *11 April 2005 by signature, in accordance with paragraph 5*

Authentic texts: *French and Portuguese*

Registration with the Secretariat of the United Nations: *Brazil, 11 August 2005*

Brésil
et
Cameroun

Protocole d'entente entre le Gouvernement de la République fédérative du Brésil et le Gouvernement de la République du Cameroun sur la coopération technique en matière de santé publique. Yaoundé, 11 avril 2005

Entrée en vigueur : *11 avril 2005 par signature, conformément au paragraphe 5*

Textes authentiques : *français et portugais*

Enregistrement auprès du Secrétariat des Nations Unies : *Brésil, 11 août 2005*

[FRENCH TEXT – TEXTE FRANÇAIS]

PROTOCOLE D'ENTENTE ENTRE LE GOUVERNEMENT DE LA RÉPUBLIQUE FÉDÉRATIVE DU BRÉSIL ET LE GOUVERNEMENT DE LA RÉPUBLIQUE DU CAMEROUN SUR LA COOPÉRATION TECHNIQUE EN MATIÈRE DE SANTÉ PUBLIQUE

Le Gouvernement de la République Fédérative du Brésil et le Gouvernement de la République du Cameroun (ci-après désignés " les Parties "),

Animés par la volonté de resserrer les liens d'amitié et de fraternité historiques entre les deux pays et les deux peuples ;

Conscients de tous les défis liés aux problèmes de santé publique dans les deux pays ;

Déterminés en conséquence à développer et à intensifier les relations de coopération dans le domaine de la santé publique entre les deux pays ;

Ayant à l'esprit les dispositions de l'Accord de Coopération Technique entre le Gouvernement de la République Fédérative du Brésil et le Gouvernement de la République du Cameroun, signé à Yaoundé le 14 novembre 1972 ;

Conviennent du présent Protocole d'Entente, comme suit :

1. Les Parties conjugueront leurs efforts pour :

a) développer les liens de coopération technique mutuellement bénéfiques visant à améliorer la santé publique dans les deux pays ;

b) concevoir et mettre en œuvre des programmes ciblés sur les questions spécifiques de santé publique dans chacun des deux pays, et notamment le paludisme, l'immunisation et le VIH/SIDA, le développement des études epidémiologiques, la prévention, la participation de la société civil, l'information en santé, et d'autres domaines identifiés comme étant importants pour la santé publique ;

c) renforcer certains aspects de la recherche et des politiques de prise en charge des questions de santé publique dans les deux pays ;

d) promouvoir les échanges d'expériences et d'expertise en vue du renforcement des capacités technique des ressources humaines en matière de santé publique ;

e) favoriser la mise en œuvre efficace des programmes de santé publique par la concertation, la promotion de la participation de la société civile, la sensibilisation et l'information sur la santé publique ainsi que le développement des technologies sanitaires.

2. Les modalités de la mise en œuvre des actions convenues entre les deux Parties feront à chaque fois l'objet d'un Accord spécifique.

3. a) Le cas échéant, chaque Partie désignera l'institution nationale en charge de la coordination et de l'exécution des programmes ou projets retenus ;

b) Cette désignation sera dûment notifiée à l'autre Partie par voie diplomatique.

4. Afin d'assurer le succès et une bonne appropriation des programmes et projets d'intérêt commun, les Parties établiront librement les partenariats nécessaires avec les

institutions de leurs secteurs publics et privés respectifs et/ou les organismes internationaux de développement, les organisations non gouvernementales et les bailleurs de fonds.

5. Le présent Protocole d'Entente entrera en vigueur à la date de sa signature, pour une période de 5 (cinq) ans, renouvelable par échange de notes diplomatiques.

6. a) Chaque Partie pourra dénoncer le présent Protocole d'Entente en informant l'autre Partie par voie diplomatique ;

b) La dénonciation prend effet 6 (six) mois après réception de la notification par l'autre Partie ;

c) Les programmes et projets d'intérêt commun conclus avant la dénonciation restent valable jusqu'à leur terme contractuel, sauf si les Parties en décident autrement.

7. Le présent Protocole d'Entente est établi en deux exemplaires originaux, en langue portugaise et française, les deux textes faisant également foi.

Fait à Yaoundé, le 11 avril 2005.

Pour le Gouvernement de la République fédérative du Brésil :

CELSO AMORIM

Pour le Gouvernement de la République du Cameroun :

LAURENT ESSO

[PORTUGUESE TEXT – TEXTE PORTUGAIS]

PROTOCOLO DE INTENÇÕES ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA DO CAMEROUN SOBRE COOPERAÇÃO TÉCNICA NA ÁREA DA SAÚDE PÚBLICA

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da República do Cameroun
(doravante denominados "as Partes"),

Animados pela vontade de estreitar os laços de amizade e de fraternidade históricos entre os dois países e os dois povos;

Conscientes de todos os desafios relacionados aos problemas de saúde pública nos dois países;

Determinados, em conseqüência, a desenvolver e a intensificar as relações de cooperação no campo da saúde pública entre os dois países;

Tendo em consideração o que dispõe o Acordo de Cooperação Técnica entre a República Federativa do Brasil e a República do Cameroun, firmado em Iaundê em 14 de novembro de 1972;

Convêm celebrar o presente Protocolo de Intenções:

1. As Partes Contratantes conjugarão seus esforços com vistas a:

a) desenvolver seus laços de cooperação técnica mutuamente benéficos a fim de tornar melhor a área da saúde pública em ambos os países;

b) conceber e implementar programas específicos destinados às questões particulares de saúde pública de cada um dos dois países, com ênfase na malária, em imunizações e em HIV/AIDS, no desenvolvimento de estudos epidemiológicos, na prevenção, na participação da sociedade civil, na informação sobre saúde e em outras áreas consideradas relevantes para a saúde pública;

c) fortalecer aspectos de pesquisa e das políticas diretivas de saúde pública em ambos os países;

d) promover o intercâmbio de experiências e de conhecimento a fim de reforçar a capacitação de recursos humanos e de promover seu desenvolvimento técnico na área da saúde pública;

e) Favorecer a execução eficaz dos programas de saúde pública mediante a ação conjunta, a promoção da participação da sociedade civil, a sensibilização e a informação sobre as questões de saúde pública, assim como o desenvolvimento das tecnologias sanitárias;

2. As formas de execução das ações convencionadas entre as Partes serão objeto de ajustes complementares específicos;

3. a) Conforme o caso, cada uma das Partes designará a instituição nacional responsável pela coordenação e pela execução dos programas ou projetos pendentes.

b) A designação será devidamente notificada à outra Parte pela via diplomatica.

4. Para a boa implementação e execução dos projetos e programas de interesse comum, as Partes estabelecerão livremente parcerias com instituições de seus respectivos setores público e privado e/ou com organismos internacionais de desenvolvimento, com organizações não-governamentais e com instituições de fomento;

5. O presente Protocolo de Intenções entrará em vigor na data de sua assinatura e terá vigência de 5 (cinco) anos, sendo renovável por troca de Notas diplomáticas.

6. a) Qualquer das Partes poderá denunciar o presente Protocolo de Intenções mediante notificação à outra por via diplomática;

b) A denúncia surtirá efeito 6 (seis) meses após a recepção da notificação pela outra Parte;

c) Os programas, projetos e ações de interesse comum iniciados antes da data da denúncia permanecerão em execução até sua conclusão, a menos que as Partes decidam de outro modo.

7. O presente Protocolo de Intenções é feito em dois exemplares originais, nas línguas portuguesa e francesa, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

Feito em Iaundê, aos 11 dias do mês de abril de 2005,

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CELSO AMORIM
Ministro das Relações Exteriores

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA DO CAMEROUN
LAURENT ESSO
Ministro das Relações Exteriores

[TRANSLATION – TRADUCTION]

PROTOCOL OF INTENT TO THE GOVERNMENT OF THE FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL AND THE GOVERNMENT OF THE REPUBLIC OF CAMEROON ON TECHNICAL COOPERATION IN THE FIELD OF PUBLIC HEALTH

The Government of the Federative Republic of Brazil and the Government of the Republic of Cameroon (hereinafter referred to as "the Parties"),

Motivated by the desire to strengthen the historically friendly and fraternal bonds existing between the two countries and the two peoples,

Aware of all the challenges relating to public health problems in the two countries,

Determined therefore to develop and intensify the relations of cooperation in the field of public health between the two countries,

Bearing in mind the provisions of the Technical Cooperation Agreement between the Government of the Federative Republic of Brazil and the Government of the Republic of Cameroon signed in Yaoundé on 14 November 1972,

Have agreed on the following Protocol of Intent:

1. The Parties shall combine their efforts to:

a) Develop mutually beneficial ties of technical cooperation for improving public health in both countries;

b) Design and implement programmes targeted at specific public health issues in both countries, relating in particular to malaria, immunization and HIV/AIDS, the conduct of epidemiological studies, prevention, participation of civil society, health information, and other fields identified as important for public health;

c) Strengthen selected aspects of research and policies for dealing with public health issues in both countries;

d) Promote exchanges of experience and expertise in order to reinforce the technical capacities of human resources in the public health field;

e) Encourage the effective implementation of public health programmes through coordination, promotion of civil society participation, awareness and information campaigns on public health, as well as the development of health technologies.

2. The methods of implementing the activities agreed between the two Parties shall on each occasion be determined in a specific agreement.

3. (a) As necessary, each Party shall designate the national institution in charge of coordination and implementation of the agreed programmes or projects;

(b) This designation shall be duly notified to the other Party by diplomatic channels.

4. To guarantee the successful execution of programmes and projects of common interest, the Parties shall freely establish the necessary partnerships with public and private institutions and/or international development agencies, non-governmental organizations, and donors.

5. This Protocol of Intent shall enter into force on the day of its signature, for a period of five years, renewable by the exchange of diplomatic notes.

6. (a) Each Party may terminate this Protocol of Intent by so informing the other Party through diplomatic channels;

(b) Termination shall take effect six months after receipt of notification by the other Party;

(c) Programmes and projects of common interest concluded before such termination shall remain valid for the duration of their contractual term, unless the Parties decide otherwise.

7. This Protocol of Intent is done in two original copies, in the Portuguese and French languages, the two texts being equally authentic.

Done at Yaoundé on 11 April 2005.

For the Government of the Federative Republic of Brazil:

CELSO AMORIM

The Government of the Republic of Cameroon:

LAURENT ESSO